

Um análise critica da Proposta do OE 2026

Publicado em 2025-10-11 09:00:16



Box de Factos

- **Documento:** Proposta de Orçamento do Estado 2026 (Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª)
- **Fonte oficial:** [Entidade Orçamental](#)
- **Principais valores:** Saúde 17.300 M€, Educação 7.543,1 M€, PRR 9.367,1 M€
- **Saldo previsto:** Excedente orçamental de 0,1% do PIB

- **Dívida pública:** <90% do PIB — primeira vez desde 2009

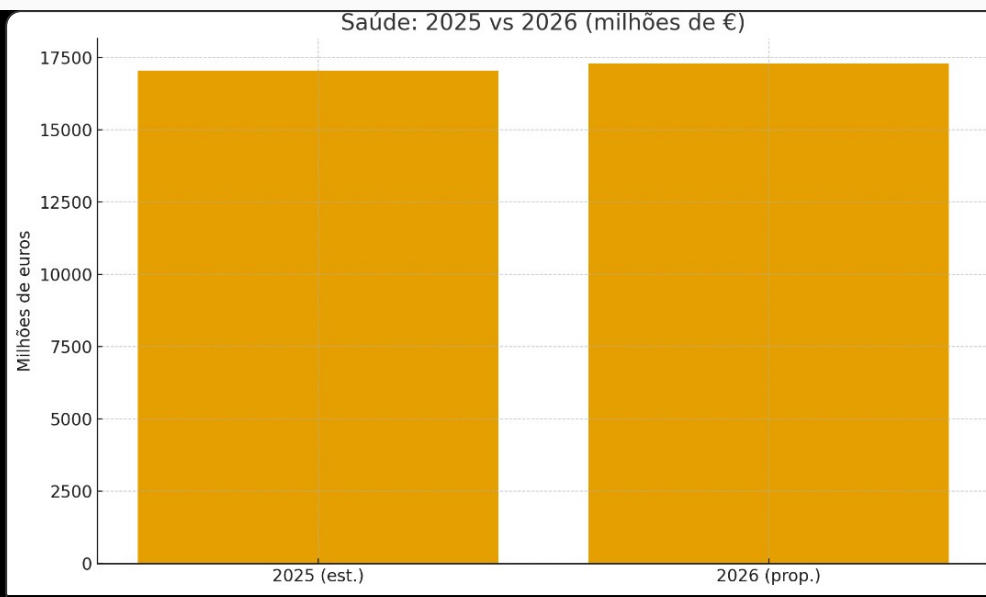
Orçamento de Estado 2026: Prudência, PRR e o País em Espera

I. O retrato do documento

O Governo apresentou um Orçamento que promete equilíbrio, mas entrega apenas sobrevivência. Com crescimento projetado de 2,3% e dívida pública abaixo de 90%, o discurso é o da prudência e da consolidação. Mas na prática, é um orçamento que mais observa do que transforma — contabilisticamente correto, politicamente confortável, economicamente tímido.

II. Saúde: o aumento que não cura

A despesa consolidada com Saúde sobe para **17.300 milhões de euros** em 2026 — um aumento de apenas 1,5% face a 2025. Com o custo dos medicamentos, energia e recursos humanos em alta, o acréscimo é, na verdade, um paliativo. O SNS continua a perder capacidade estrutural, e o orçamento parece apenas tentar estancar a hemorragia sem curar a ferida.



Comparação das dotações de Saúde 2025 → 2026 (milhões de euros)

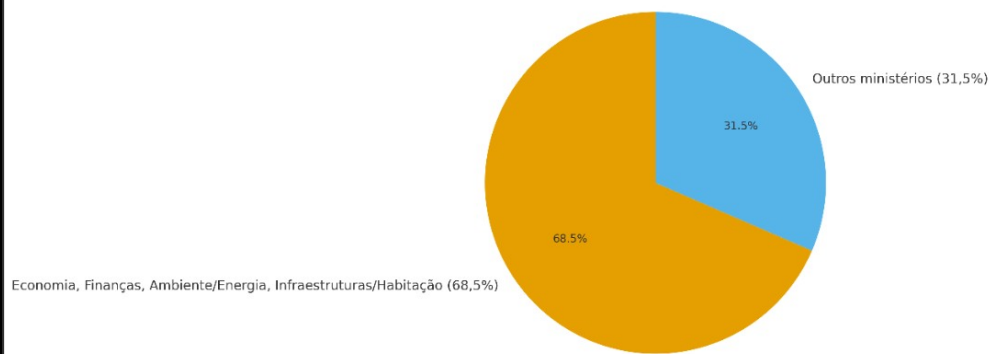
III. Educação: números que não ensinam

A Educação apresenta uma dotação de **7.543,1 milhões de euros**, um crescimento de 4,5%. Porém, 82,3% deste valor destina-se a despesa com pessoal — pouco sobra para infraestruturas, inovação ou modernização pedagógica. Aparentemente generoso, o aumento revela-se insuficiente quando ajustado à inflação e à degradação material das escolas.

IV. Investimento e PRR: a máquina europeia

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é o verdadeiro pulmão do investimento público em 2026, com **9.367,1 milhões de euros**. Desses, **68,5%** serão canalizados para quatro ministérios: Economia, Finanças, Ambiente/Energia e Infraestruturas/Habitação. O restante distribui-se por áreas menores — investigação, agricultura, cultura —, mas com impacto marginal na produtividade.

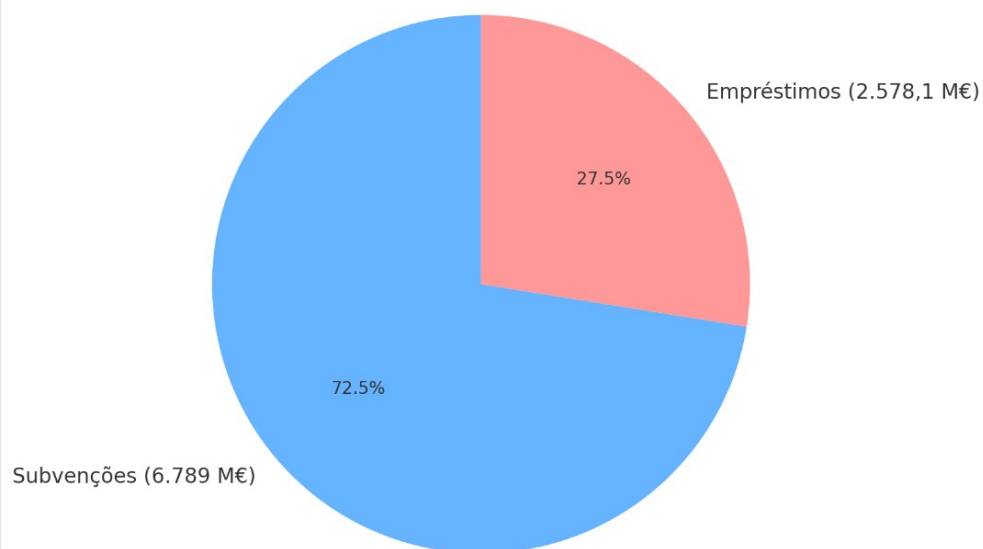
Distribuição do PRR 2026 por Ministérios (em % do total)



Distribuição do PRR 2026 por ministérios

Quanto à estrutura de financiamento, o PRR mantém a divisão clássica entre **subvenções (6.789 M€)** e **empréstimos (2.578,1 M€)**, o que reforça a dependência de fundos externos e empréstimos futuros — uma espada de Dâmocles sobre as próximas gerações.

PRR 2026: Estrutura de Financiamento



Estrutura de financiamento do PRR 2026

V. Quadro comparativo 2025 → 2026

Missão / Categoria	Valor 2025	Valor 2026	Vari ação	Observações
Saúde	≈ 17.043 M€	17.300 M€	+1,5 %	Aumento nominal modesto, impacto real nulo
Educação	—	7.543,1 M€	+4,5 %	82,3 % em despesas de pessoal
Investimento (PRR)	—	9.367,1 M€	—	68,5 % concentrado em 4 ministérios



Pensões e Reformas — O Alívio que Mal se Sente

O Governo anuncia para 2026 um aumento médio de **4,2%** nas pensões, sustentado pela fórmula legal de atualização (inflação + PIB médio). O **Complemento Solidário para Idosos** sobe 40 €, e mantém-se a isenção de IRS para rendimentos até 12 880 €. Mas o alívio é mais estatístico do que real — e o sistema continua estruturalmente em risco.



O que está no OE 2026

- Atualização automática das pensões, sem reforço extraordinário.
- Complemento Solidário para Idosos (+40 € mensais).
- Pensões mínimas e sociais indexadas ao salário mínimo (~920 €).

- Manutenção da isenção de IRS até 12 880 € anuais.

O que falta (e é grave)

- Sem plano de **sustentabilidade** da Segurança Social a médio prazo.
- Ausência de **reforma para as pensões futuras** e regime de capitalização parcial.
- Nenhuma estratégia para **pensões de viuvez e invalidez**.
- Falta de **incentivos fiscais** ao prolongamento voluntário da vida ativa.

O sistema vive do presente e para o presente — sem poupança geracional, sem reforma estrutural, sem bússola. Cada euro pago é um ato de fé num modelo que envelhece mais depressa do que a sua população.

Habitação — O Problema **Adiado Mais um Ano**

O Orçamento de Estado 2026 reforça o **Programa de Infraestruturas e Habitação** em 33,8 %, mas grande parte desse aumento é mera transferência do PRR. Prolongam-se subsídios e incentivos, mas não há ruptura, nem visão urbanística. Portugal continua a tratar a habitação como um problema financeiro, não social.

O que está no OE 2026

- Reforço do Programa de Infraestruturas e Habitação (+33,8 %).

- Extensão dos **apoios à renda** até 2026, com majoração para famílias com crianças.
- **Isenção de IMT e IMI** para arrendamento acessível.
- **Isenção de mais-valias** na venda de imóveis destinados a amortizar crédito próprio.
- Transferência de imóveis rústicos do Estado para os municípios.

! O que falta (e compromete tudo)

- Ausência de **política pública de solos** e licenciamento simplificado.
- Nenhum **controle de preços** no arrendamento especulativo.
- Sem medidas contra o **abandono habitacional** (700 000 casas vazias).
- Dependência quase total do **PRR** para investimento habitacional.
- Falta de **crédito público acessível** para jovens e classes médias.

O mercado dita as regras, e o Estado assiste — tímido, lento, resignado. A crise da habitação é o espelho da própria nação: um país onde a casa é sonho, não direito.

“O país equilibra as contas, mas desequilibra as vidas.”

VI. Conclusão crítica

O Orçamento de Estado 2026 é, em essência, um documento de contenção. Evita o risco, preserva o rating, mas abdica da ambição. A saúde não sara, a educação não aprende, e o investimento depende do oxigénio europeu. É um orçamento que **governa o presente, mas não prepara o futuro.**

Entre o rigor contabilístico e a visão de país há um abismo — e Portugal continua, serenamente, a contemplá-lo do lado errado. Em suma sem qualquer novidade ou a mínima orientação para o futuro. A "mesmice" do costume e uma navegação à vista. ZERO preocupações e legislação sobre transparência governativa, fuga a impostos, paraísos fiscais, e a corrupção que vai erodindo o país.

🧩 O que isto revela

Significa que o Governo optou por manter o **status quo** — cumprir metas macroeconómicas e deixar a luta contra a corrupção fora do orçamento, como se fosse um tema moral e não económico. **Mas é um erro profundo** A corrupção não é uma questão ética — é uma questão fiscal. Cada euro desviado é um euro que falta na saúde, na educação e na inovação. Sem mecanismos de rastreabilidade, transparência e penalização efetiva, o Estado continua a operar num nevoeiro contabilístico onde o dinheiro circula sem responsabilidade visível.

⚠️ **Em resumo** 👉 Não há medidas novas anticorrupção. 👉 Não há política de combate a offshores. 👉 Não há plano de integridade pública com metas ou fiscalização. 👉 E não há sequer compromisso público com transparência em tempo real. O OE2026 é, em matéria de ética financeira, uma tábua rasa — um orçamento prudente nas contas, mas omissos na moral.

— *Augustus Veritas Lumen · Fragmentos do Caos*

Anexo Legislativo — Proposta de Medidas Anticorrupção e Antifuga Fiscal

Proposta elaborada por Augustus Veritas Lumen ·

Fragmentos do Caos

*Baseada na ausência de medidas concretas no
Orçamento de Estado 2026*

Artigo 1.º — Princípio de Transparência e Responsabilização Fiscal

O Estado e todas as suas entidades devem garantir a identificação pública do **beneficiário efetivo** em cada contrato, subvenção ou despesa pública. Nenhum pagamento poderá ser efetuado a entidades cuja estrutura de propriedade não seja totalmente transparente.

Artigo 2.º — Proibição de Contratação com Entidades de Jurisdições Não Cooperantes

É vedada a contratação pública com empresas sediadas em **paraísos fiscais** ou jurisdições não cooperantes, salvo autorização expressa e publicada em Diário da República. A violação implica nulidade contratual e responsabilidade disciplinar do dirigente.

Artigo 3.º — Cláusula de Beneficiário Efetivo

Todos os contratos públicos deverão incluir cláusula obrigatória de declaração do **beneficiário efetivo**,

sujeita a auditoria da AT e do Tribunal de Contas. A falsificação ou omissão constitui crime punível com pena de prisão até cinco anos.

Artigo 4.º — Metas Anuais e Relatório Público de Combate à Evasão

O Governo fixará metas anuais de receita obtida por combate à evasão fiscal e publicará, trimestralmente, os resultados num **painel digital público** com número de inspeções, valores recuperados e processos-crime instaurados.

Artigo 5.º — Reforço da Cláusula Geral Anti-Abuso

A AT poderá requalificar operações artificiais destinadas a transferir lucros para jurisdições de baixa tributação, aplicando tributação de acordo com a **substância económica**. Cria-se um *Conselho Técnico Independente* para uniformização de critérios.

Artigo 6.º — Regime CFC (Controlled Foreign Companies) Reforçado

Os residentes portugueses com participações em empresas offshore passam a ser tributados sobre os lucros dessas entidades, independentemente de distribuição. A AT publicará anualmente o **mapa de rendimentos imputados** por jurisdição.

Artigo 7.º — Testes de Integridade e Declaração Patrimonial Alargada

Todos os titulares de cargos políticos e dirigentes públicos ficam sujeitos a **testes de integridade periódicos** e à divulgação de património, incluindo ativos no estrangeiro e participações indiretas. Omissões implicam perda imediata de mandato.

Artigo 8.º — Cooperação Internacional e e-Invoicing Total

Portugal adere integralmente à **troca automática de informação fiscal** (OCDE-CRS e UE-DAC) e impõe a obrigatoriedade de fatura eletrónica universal até 2027, garantindo rastreabilidade de todos os fluxos económicos.

Artigo 9.º — Disposições Finais

O Governo regulamentará as presentes medidas no prazo máximo de 180 dias, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2027.

“Cada euro recuperado da sombra vale por mil poupados em austeridade.”

— Augustus Veritas Lumen



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)



[Ebooks](#)



[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)